

Um solar de memórias: guardadores de papéis e iconografias da intimidade**Silvana Moreli Vicente DIAS***

Resumo: No diálogo epistolar entre Gilberto Freyre e Manuel Bandeira, suportes paralelos às suas cartas, tais como cartões-postais, imagens e mesmo um livro de autógrafos, apresentam particular interesse. Ao lado da leitura de uma parte desse material, são analisadas práticas informais de preservação de objetos relacionados a círculos restritos de amigos e familiares, focando, também, aspectos ligados à formação de arquivos pessoais, que podem eventualmente ser disponibilizados ao público. Por fim, será possível discutir a dinâmica da sociabilidade do período e sua relação com o processo modernizador em curso no Brasil da primeira metade do século XX, quando, a despeito do acelerado desenvolvimento econômico e das mudanças políticas, as fronteiras das esferas pública e privada ainda eram evidentemente misturadas.

Palavras-chave: Gilberto Freyre (1900-1987). Manuel Bandeira (1886-1968). Modernismo brasileiro. Correspondência.

A mansion of memories: Guardians of paper and familiar iconographies

Abstract: This article examines incidental aspects of the epistolary dialogue between Gilberto Freyre and Manuel Bandeira, focusing on documents other than just the letters, such as postcards, images, and even an autograph book. Furthermore, the intention is to analyze certain informal practices of preservation of objects connected to an inner circle of friends and family, whilst also focusing on the creation of personal archives, which may eventually be opened to the public. Finally, it will be possible to discuss aspects of the sociability of the period and its relation to the Brazilian modernization process of the first half of the twentieth century, when, despite economic development and political change, the frontiers between the public and the private sphere were still blurred.

Keywords: Gilberto Freyre (1900-1987). Manuel Bandeira (1886-1968). Modernism brazilian. Correspondence.

* Pós-doutoranda – Instituto de Estudos Brasileiros – USP – Universidade de São Paulo. Endereço: Av. Prof. Mello Moraes travessa 8 / nº 140, Cidade Universitária, CEP 05508-050, São Paulo-SP. A pesquisa que resultou neste artigo obteve, em diferentes momentos, financiamento do CNPq (doutorado) e da CAPES (Bolsa de pós-doutorado no âmbito do Prêmio Capes de Tese). A tese de doutorado foi defendida na FFLCH-USP e contou com o apoio fundamental da Fundação Gilberto Freyre. Imagens de cartas podem ser consultadas em tese. E-mail: silmoreli@usp.br

No conjunto da correspondência trocada por Manuel Bandeira e Gilberto Freyre, com documentos preservados que vão de 12 de dezembro de 1925 a 13 de julho de 1966, é possível encontrar outros suportes de comunicação que seguem paralelamente às cartas, tais como bilhetes, telegramas, cartões-postais, cartões de Natal, cartões de visita e fotografias. Há, também, cartas desenhadas ou escritas em papel ilustrado. São objetos de troca simbólica que dizem muito sobre a época e que até chamam a atenção pelo fato de que parecem estar em franco declínio nos dias de hoje, um pouco talvez pela mudança do tipo de sociabilidade entre indivíduos ou, ainda, pelo próprio avanço da informatização, que faz substituir papéis e outros suportes “concretos”, ou ao alcance da mão, por *bits* e *pixels* virtuais. Abordarei rapidamente algumas questões relativas às coleções pessoais, ao trabalho de arquivamento desenvolvido por figuras públicas e seus familiares desde o universo privado, bem como a esse material aparentemente periférico que, ao lado das cartas, faz parte do conjunto da correspondência.

Iniciarei este ensaio sobre documentos aparentemente fortuitos mas, de algum modo, relacionados à correspondência trocada entre Gilberto Freyre e Manuel Bandeira enfocando um tipo de suporte normalmente muito bem guardado por seu dono, tendo em vista a carga afetiva que ele encerra: o “livro de autógrafos”¹. Entretanto, no caso, não se trata de um livro de autógrafos corriqueiro, mas sim de documento de alguém que testemunhou, de perto, muitas visitas e viagens ao lado do pai, escritor e intelectual já bastante conhecido no Brasil e no exterior. O *livro de autógrafos* de Sonia Freyre, filha de Gilberto e Magdalena Freyre, está guardado com cuidado no arquivo pessoal da proprietária. Nele, encontramos autógrafos, com poemas e desenhos de escritores, artistas e intelectuais que muito prontamente atendiam à solicitação da menina “tímida”, como ela mesma se definia. Ao lado desses, há autógrafos de pessoas ligadas a seu cotidiano. A complexidade de registros e de formas presentes no mesmo reforça a constatação da dificuldade de se lidar com esse tipo de documento, a começar pela questão da “intencionalidade”, certamente presente em coleções orgânicas, imprecisa quando se lida com uma produção e uma acumulação assistemáticas, como o que parece se apresentar nessas folhas cuidadosamente preenchidas ao longo de anos, estimuladas, sobretudo no início, pelo pedido de uma criança.² A intencionalidade, se presente, certamente seria difusa, ou talvez ocorresse na sombra de possíveis intuitos memoriais do pai. De qualquer modo, sobressai um tom absolutamente despretensioso no livro, como se fruto sobretudo do acaso. E, a se notar pelas inúmeras passagens pelo Solar de Apipucos, podemos ter uma dimensão aproximada da riqueza do contato de Sonia Freyre com o mundo intelectual e artístico de meados do século XX. Leiam-se, nesse sentido, as palavras de José Mindlin sobre Freyre:

Quando eu fiz, em 1931, um curso de extensão na Universidade de Columbia, falava-se muito de Gilberto Freyre, que tinha concluído seus estudos lá, creio que em 1927 [sic], como sendo de surpreendente erudição. No Brasil, várias gerações acadêmicas se beneficiaram de suas incansáveis pesquisas, e a sua casa em Recife – o Solar de Apipucos – era considerada visita imperdível para cientistas, escritores e intelectuais estrangeiros, com quem manteve frequente correspondência, parece-me que ainda inédita. (MINDLIN, 2004, p. 53)

Poderíamos colocar todo esse material – cartas, cartões postais, livro de autógrafos etc. – sob a rubrica do colecionismo privado. Porém, se, por um lado, evidentemente esse material sobreviveu graças à dedicação de “guardadores-proprietários”; por outro, não tomou proporções incalculáveis, como o que acontece com os verdadeiros colecionadores, amadores ou não. Aqui, proponho, então, o nome de “guardadores”,³ uma expressão mais simples, para designar a atividade assistemática e informal dessas pessoas que mantêm, muitas vezes em seus arquivos particulares, por anos e anos, objetos primordialmente de simples recordação, os quais, ao final, podem se revelar significativos motivadores de leitura e interpretação – algo que procuraremos buscar cientes da natureza retórica de nosso discurso, ou seja, do fato de que “o que faz de um objeto documento não é, pois, uma carga latente, definida, de informação que ele encerre, pronta para ser extraída, como o sumo de um limão” (MENESES, 1994, p.21).

Adicionalmente, no caso do livro de autógrafos de Sonia, pode ainda ser considerado um elemento a mais a contribuir para se discutirem os usos e os sentidos associados à formação do arquivo pessoal de Gilberto Freyre, para falar com Luciana Q. Heymann (2009), trabalho este de monta que ainda merece ser realizado. Se confrontada com a própria história da criação dos museus e dos acervos públicos, é como se essa atividade – a dos simples guardadores – fosse uma espécie de unidade primária da disposição arquivística, sobretudo quando há uma intenção, ainda que remota, de partilha, ou de mínima publicização, desde os círculos familiares mais restritos. E não se deve esquecer que, se não se pode supor que, indiscriminadamente, todo arquivo de pessoa tem uma dimensão autobiográfica, como afirma Ana Maria de Almeida Camargo (2009), tampouco se pode imaginar que sua prática seja neutra, como bem sinaliza Phillipe Artières (1998), para quem forjar uma imagem de si – ainda que mediada por palavras de outras pessoas, acrescento, como ocorre num livro de autógrafos – é também uma prática de resistência, tecida como um contraponto a certa imagem social, sobretudo aquela supostamente urdida de modo impessoal (ARTIÈRES, 1998; CAMARGO, 2009)⁴. Nesse sentido, a escrita acidentada, demorada e até palimpséstica de um desprezioso livro de autógrafos, que combina uma peculiar vontade de registrar escritas sobre si a escritas levadas a cabo por outrem, que se constituem como pequenos *flashes* biográficos, pode ser estudada como

parte de uma narrativa maior, finalística ou não, apoiada na pluralidade inerente a arquivos dedicados a pessoas.

A passagem da coleção particular para os arquivos públicos e museus deu-se mormente do século XVIII para o século XIX, na Europa, justo após a Revolução Francesa, quando se notou uma política de abertura de acervos – antes sobretudo particulares ou restritos – para a visitação pública. Uma expressão jurídica dessa mudança de perspectiva encontra-se no artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos do Homem, dedicado ao direito à informação, que remonta, por sua vez, à Revolução Francesa.⁵ Há, sem dúvida, certa contiguidade com o que se vê hoje pela busca da partilha pública na época contemporânea, com a abertura sistemática de arquivos pessoais, como aconteceu com a própria Casa de Gilberto Freyre, transformada em Fundação no dia 11 de março de 1987, poucos meses antes da morte do sociólogo, ocorrida em 18 de julho de 1987. De qualquer modo, referido livro de autógrafos ainda não faz parte do acervo da fundação, embora um dia possa ser agregado, justificadamente, a seu Centro de Documentação.

Desde o âmbito da coleção particular, há diferentes modos de se enxergarem itens de um arquivo pessoal. Nessa trilha, gostaria de diferenciar a atitude de “guardar” da de “arquivar”, em *lato sensu*, uma vez que quem guarda pode ter, sobretudo, uma relação afetiva com os objetos sob sua responsabilidade, e não necessariamente submeteria esse material – pelo menos não inicialmente – a um tratamento segundo princípios que os aproximem da arquivologia enquanto disciplina.⁶ O arquivista é um profissional que surgiu pelas necessidades de selecionar, ordenar e arquivar informações e objetos para uso de pesquisa e trabalho, que poderiam, depois, ser utilizados, por exemplo, com fins informativos e culturais. Esse tipo de atividade é essencial pelo aspecto ordenador que implica no contexto de profusão de objetos e de informações na sociedade moderna. As motivações do colecionador amador, por outro lado, são mais nebulosas, ele pode colecionar tampas de garrafa, rótulos de remédios, bonecas, carros e casas em miniatura, moedas, selos, assim como cartões-postais, cartões de visita, cartas – geralmente de pessoas “ilustres” – e outros papéis que podem fazer parte de um conjunto de correspondência. Há, talvez, uma real fetichização – ou feitiço – do objeto neste caso; ou uma expressão materializada das políticas do *status quo* ou do consumo estimulado pela publicidade – isto é o que acontece com o apelo a que se colecionem Barbies ou bichinhos da Parmalat; ou, numa linha diversa e talvez mais discutível, por um comportamento geneticamente motivado.⁷ Segundo Mariza Veloso (2006), quando se fecha a possibilidade de acesso e de fruição de um público a objetos tratados como “sagrados”, o colecionismo privado, mesmo de obras de arte consideradas canônicas, se revelaria outro fetiche. Por sua vez, os guardadores, no meu entendimento, mantêm aquilo que, de alguma maneira, faz sentido para sua trajetória pessoal, possuem uma relação mais afetiva que intencional – o

que dificultaria sobremaneira o tratamento arquivístico, volto a frisar. Foi assim com a correspondência de Gilberto Freyre, muito esparsamente objeto de interesse arquivístico quando o autor estava vivo e, por certo, o é com o livro de autógrafos de Sonia Freyre.

O tratamento dado por escritores e intelectuais a seus arquivos pessoais, no pleno calor de sua produção e acumulação, é bastante diverso um do outro. Normalmente, a formação dos arquivos pessoais liga-se às atividades, sobretudo profissionais, que seus titulares desenvolveram na cena pública. Mário de Andrade, por exemplo, com senso disciplinar e disposição para pesquisa científica, tinha interesse eminentemente arquivístico; portanto, congregou uma relação afetiva, de guardador, a um interesse em tratar, sistematizar e preservar os objetos sob sua guarda. Foi por isso que Mário nunca dispensou a ajuda do seu secretário José Bento Faria Ferraz, o Zé Bento, que se tornaria, depois da convivência com o escritor, entre 1933 e 1945, bibliotecário da Faculdade de Medicina da USP, *campus* de Ribeirão Preto. Na temporada de Mário no Rio de Janeiro, por exemplo, a serviço da Universidade do Distrito Federal e do Instituto Nacional do Livro, Zé Bento de tal modo o auxiliava na biblioteca que, por vezes, tomava seu próprio lugar:

Adquire livros na “conta-corrente” na Civilização Brasileira, contra o estoque das obras do escritor guardadas em casa ou em consignação nas livrarias da cidade. Recebe as cartas, abre-as. As mais importantes são remetidas ao Rio; as de cunho mais premente e impessoal, ele mesmo responde, comunicando o novo endereço do professor. Goza da confiança do ausente: “Assine você mesmo o meu nome, copiando ou não a minha assinatura. Aprenda a me falsificar, pra me poupar certas caceteações”. [...] O moço bibliotecário conhecia como ninguém os meandros do arquivo do escritor. As fichas do *Dicionário Musical*, os envelopes da documentação de *Na Pancada do Ganzá*, revistas, as pastas de correspondência, tudo era ordenado cuidadosamente por suas mãos. (MORAES, 2007, p.197-198).

Mário de Andrade, com a ajuda antes de parentes e depois de seu secretário, catalogava cuidadosamente seus livros, artigos, cartas etc. A documentação que caiu nas mãos de Manuel Bandeira, por sua vez, não teve semelhante sorte. Como se pode notar pelo conjunto preservado da correspondência enviada por Gilberto Freyre a Manuel Bandeira, em confronto àquela enviada pelo poeta ao Recife, poucos manuscritos de Freyre foram preservados – nos respectivos arquivos, FGF e FCRB (Fundação Casa de Rui Barbosa), constam 55 documentos autógrafos de Manuel Bandeira e apenas 11 documentos autógrafos de Gilberto Freyre. O desprendimento de Bandeira pela posse ou pela preservação de objetos foi tal que, hoje, é difícil sequer lançar hipóteses sobre onde se encontram os documentos que faltam. Marcos Antonio de Moraes fala sobre as conjecturas acerca dos possíveis destinos das cartas de Mário enviadas a Bandeira na introdução à *Correspondência Mário de Andrade & Manuel Bandeira*:

O destino dos manuscritos das cartas de Mário de Andrade a Manuel Bandeira, entretanto, permanece no terreno da especulação. As suposições abrangem inicialmente a pródiga bondade de Bandeira que presenteava amigos com cartas de Mário. [...] Outra hipótese volta-se fantasiosamente para os ciúmes de alguma companheira do poeta, que teria queimado toda a correspondência dele. Muito mais provável é que a grande parte dessa documentação esteja ainda segregada em algum arquivo pessoal ou de colecionador. Em vista desse impedimento muito se deverá fazer para que se cumpra a recuperação dos textos em edição, decalcada em bases científicas. (MORAES, 2000, p.29-30).

Bandeira, assim, não era dos melhores guardadores, talvez por sua própria condição frágil, que poderia ter lhe reforçado dúvidas quanto ao que poderia significar um possível apego excessivo às coisas mundanas. Como um autêntico franciscano, emprestou muitos livros que jamais voltaram. Mas, mesmo aprendendo com a experiência, continuou deixando que belos exemplares ficassem nas mãos de amigos de sua confiança:

Ao contrário: todos os seus belos livros que possui são mostrados a seus amigos, e aqueles que lhe merecem mais confiança podem levá-los para suas casas, sem causar com isso pânico em Bandeira. Mais do que bibliófilo, no sentido comum, é amigo do livro, fazendo com que através desse livro se estabeleçam contatos poéticos e humanos de difícil realização em outras condições. (BACIU, 1966, p.44).

Sabe-se, por exemplo, que, em coluna assinada por seu amigo João Condé no *Jornal de Letras*, algumas cartas foram publicadas. Porém, o jornalista obteve, ao que parece, outras peças ainda hoje inéditas: “São cartas amarelecidas com o tempo. Aquelas que dizem respeito às letras são-me presenteadas. Mas para consegui-las era preciso que eu fizesse promessa de não publicá-las nem mostrá-las a pessoas indiscretas. Não me custa prometer [...]” (CONDÉ, 1989, p. 305).

Por outro lado, como informa Júlio Castañon Guimarães (2004, p. 39), ao discorrer sobre a correspondência de Murilo Mendes enviada a Carlos Drummond de Andrade, este tinha um grande interesse arquivístico, o que permite inferir que seus documentos tenham sido muito bem preservados. O costume de guardar cuidadosamente pode ter sido estimulado por sua atuação no SPHAN, trabalho iniciado a convite de Rodrigo Melo Franco de Andrade, em 1945, onde, posteriormente, desempenhou função de chefe da seção de História, na Divisão de Estudos e Tombamento.

No espectro entre a disposição de guardador e a de arquivista, Gilberto Freyre parece ter sido muito mais um guardador, imagem reforçada pelas fotografias que o retratam descontraidamente no “caos ordenado” de sua biblioteca (Cf. Figura 1) – o que, de certo modo, promove algum ruído, sem obviamente desmenti-la de todo, na ideia de que o autor busca monumentalizar seu legado,⁸ arquitetando sentidos que gostaria de transmitir à

posteridade e promovendo, desse modo, uma parcela considerável de “ilusão biográfica”. (BOURDIEU, 1998). Nesse sentido, inspira, em particular, certa disposição de “arquivista anarquista”, desejável em pesquisadores que se debruçam sobre arquivos pessoais. A urgência da tarefa de ler criticamente a história a contrapelo considerando-se o caráter híbrido dos materiais com os quais eventualmente se lida, sobretudo quando o foco são arquivos de pessoas, foi, por exemplo, apontada pelo crítico literário Reinaldo Marques:

Se o arquivista se pauta pelo respeito à proveniência do arquivo, à ordem original, o pesquisador, como arquivista anarquista, busca subverter a ordem original, lendo os documentos de outra forma, dentro de outras (des)ordens possíveis. Só assim ele logrará deslocar nossa história cultural, formulando outras maneiras de a ler e interpretar. (2008, p.117).

A correspondência de Freyre foi catalogada após sua morte, mas, antes, há apenas alguns rastros de interesse arquivístico, bastante amadores, como marcações em caneta esferográfica azul indicando o remetente. Algumas cartas também começaram a ser datilografadas, muito provavelmente por uma secretária, que mantinha lacunas para serem preenchidas depois por Gilberto Freyre. O documento 47 da Pasta Manuel Bandeira, segundo arquivo da Fundação, catalogado de forma equivocada como correspondência de Manuel Bandeira, é justamente uma cópia do final do documento 18 (com datação 23 de março de 1939), de Bandeira para Freyre. E, afirmam, até hoje é possível se encontrarem peças de correspondência entre caixas e livros não catalogados.

Quanto ao livro de autógrafos de Sonia Freyre, o que temos é, ao que parece, um exemplo de genuína guardadora.⁹ O primeiro autógrafo registrado no livro de Sonia, de forma muito emblemática, é do próprio Manuel Bandeira. Pela datação (30 de dezembro de 1948), infere-se que essa é a época em que a família vivia no Rio de Janeiro, enquanto Freyre exercia seu mandato de deputado federal. O livro tem muitas outras páginas, mas selecionamos justamente aquelas que evidenciam o contato muito próximo de Freyre com o grupo de intelectuais do Rio de Janeiro, relacionamento este iniciado, sobretudo, nos anos 1920, nas primeiras viagens do escritor à capital federal. Tais intelectuais, depois, viriam a se congregarem em torno da livraria e editora José Olympio, espaço de sociabilidade que congregou intelectuais de formação, perfil ideológico e convicção política os mais díspares.¹⁰ Sonia Freyre rememora o tempo de criança no Rio de Janeiro com as seguintes palavras:

Para Gilberto esta temporada carioca foi muito proveitosa, pois muitos dos seus amigos mesmo nordestinos já moravam lá. A casa vivia cheia e também nós frequentávamos as casas deles. Também íamos sempre à Editora José Olympio, de tio J. O. (na época, na Praça Quinze), que sabia como ninguém congregar amigos. Tio Zé Lins (José Lins do Rego) morava perto do Jockey e eu adorava ir ver os cavalos com ele,

mas as corridas eram privilégio de tio J. O. [...] Villa-Lobos me ensinou a cantar *Viva o sol da minha terra*. Tio Jardim (Luiz) e Alice moravam no menor apartamento que eu já tinha visto [...]

E tinha Mário Filho, irmão de Nelson Rodrigues, com seus cabelos ruivos, Otávio Tarquínio e Lúcia Miguel Pereira, Tio Flag (Manuel Bandeira) que sempre se achava às portas da morte e que sobreviveu a muitos deles. Rodrigo e D. Graciema M. F. de Andrade, Maria do Carmo e José Nabuco, Maria Amélia e Sérgio Buarque de Holanda, Leda e Arnon de Melo, Ana Amélia e Marcos Carneiro de Mendonça, Maria José (Juju) e Austregésilo de Athayde, os irmãos Condé, o primo Diogo de Melo Menezes, cuja filha Cristina é afilhada de meus pais. Aurélio Buarque de Holanda, que se vestia de Papai Noel em memoráveis festas de Natal [...] (SOARES, 2006, p.70-71).

Sonia tinha seis anos exatos quando a primeira folha de seu livro é inaugurada. Nela, escreve Bandeira:

SEXTILHA DE FREI MANUEL
Sonia, filha de Gilberto
E filha de Madalena,
Cumprirá em moça, de certo,
O que promete em pequena.
Não verei isso de perto,
Serei bem longe... Que pena!
Manuel Bandeira
Rio, 30.XII.1948.

O poema, de sete versos em redondilha maior, posteriormente publicado em *Mafuá do malungo*, com o título “Sonia Maria”, revela algo que já não é novidade acerca dos bastidores literários e intelectuais: Gilberto Freyre e Manuel Bandeira não tinham apenas ou sobretudo uma relação epistolar, como Mário e Drummond.¹¹ Havia uma relação muito próxima, como vemos pela datação do documento, que registra um encontro entre o Natal de 1948 e o Ano Novo de 1949. A morte, nesse poema, também é referenciada de forma alusiva: Sonia cresceria e o poeta não a veria “desabrochar”.

O terceiro autógrafo do livro é de José Lins do Rego, com datação “Rio 1 de janeiro de 1949”. Nele, diz o romancista e um dos mais próximos amigos da família: “Sonia querida, tenho mais esperanças que o poeta Manuel, espero ver-te em moça a flor que já anuncia em botão”. A saúde de Bandeira, como se sabe, sempre requeria cuidados. Isso, mais uma certa resignação pessimista diante da possibilidade de viver mais cerca de 10 anos, levou José Lins do Rego, em outra chave, a fazer uma dedicatória otimista. Como se sabe, a vida acabou tomando um curso contrário à escrita, e José Lins se foi bem antes de Bandeira. Aproveitando-se dessa irônica disposição do destino, escreve muitos anos após João Cabral de Melo Neto, em página datada de “Recife, 7.3.1968”:

Tive a sorte de conhecer, ao mesmo tempo, Sonia e post-Sonia. Manuel não esperava a primeira “*blooming*”; José Lins esperava. O primeiro errou e o segundo não viu a segunda. Eu, sim; pude ver as duas: Sonia e Post-Sonia, ou, mais precisamente, Ana Cecília. (Assim, dou, no tempo, outra dimensão a este álbum: vejo que sou o primeiro a escrever, aqui, de POST-SONIA-ANA-CECILIA).

Com a melhor amizade do primo.
João Cabral de Melo Neto

João Cabral de Melo Neto é um parente com o qual Gilberto Freyre não tinha relações amigáveis ou próximas nos tempos da década de 1940 e 1950, apesar de ter o primo famoso ajudado o então poeta principiante a publicar seu primeiro livro, doando as sobras de papel alemão importado utilizado para a impressão do *Guia de Olinda*. Para a estreia de Cabral, saíram 50 exemplares em papel de luxo e 200 em papel corrente na ocasião da publicação do seu *Pedra do Sono*, em 1942 (STEEN, 1981). Além de passagens que aludem a Gilberto Freyre e ao grupo que se reunia em torno dele, presentes em *Cão sem plumas* (1950) – “(É nelas, / mas de costas para o rio, / que ‘as grandes famílias espirituais’ da cidade / chocam os ovos gordos / de sua prosa. // Na paz redonda das cozinhas, / ei-las a revolver viciosamente / seus caldeirões / de preguiça viscosa.)” (MELO NETO, 1997B, p.75-6) – e em *Morte e vida severina* (1965) – “- Todo o céu e a terra / lhe cantam louvor / e cada casa se torna / num mocambo sedutor. // - Cada casebre se torna / no mocambo modelar / que tanto celebram os / sociólogos do lugar.” (MELO NETO, 1997B, p.173) –, também há um trecho de carta a Drummond em que João Cabral, tentando organizar o Congresso de Poesia do Recife (o qual seria realizado, de fato, no ano seguinte), reclama explicitamente que o ambiente recifense de 1940 não era favorável à livre expressão e à produção artística:

Mas é que outro movimento começa a se esboçar, chefiado pelo eminente sociólogo Gilberto Freire – ditador intelectual desta boa província –, obedecendo ao “*slogan*” de que “os tempos não estão para poesia”. [...] No entanto, você sabe [...] como é tristonho ver-se a arte e a poesia em particular relegadas ao plano de simples divertimento, indigno das “duras horas que estamos vivendo”. (Carta de João Cabral de Melo a Carlos Drummond de Andrade, com datação “Recife, 30 de outubro de 1940”. (MELO NETO, 2001, p.161-162).

Apesar desses estranhamentos, talvez o sentimento de pertencimento a um espaço, talvez o sentimento familiar ou mesmo – o que é mais provável – a admiração pelo trabalho um do outro, a despeito das diferenças, acaba por aproximá-los. João Cabral, em algumas ocasiões, declara que o primo é o maior prosador em língua portuguesa. Declara até mesmo que não escreve prosa por tê-lo como espécie de paradigma inimitável. (ATHAYDE, 1998).

Em *Museu de tudo* (1975), publica o poema comemorativo aos 40 anos de *Casa-grande & senzala*, escrito provavelmente em 1973:

Ninguém escreveu em português
no brasileiro de sua língua:
esse à vontade que é o da rede,
dos alpendres, da alma mestiça,
medindo sua prosa de sesta,
ou prosa de quem se espreguiça. (MELO NETO, 1997A, p.61-2).

As diferenças ideológicas, ao que parece, são o motivo maior do afastamento de ambos nos anos conturbados das décadas de 1940 e 1950, que atravessam o período pós-guerra. João Cabral, apesar de nunca ter declarado suas opções políticas, mesmo porque seguia carreira diplomática, demonstrava afinidade com a esquerda combativa. Gilberto Freyre, por sua vez, era reconhecido por Cabral como um representante da velha elite, que, ao escolher ser um intelectual da “província”, dá preferência por trabalhar com temas demasiadamente “domésticos”. Contudo, além da admiração pela prosa de Gilberto, o Cabral de tendências vanguardistas passou a remodelar suas posições estéticas – não digo, porém, convicções políticas, apesar do interesse pelas respectivas obras, principalmente quando o assunto é o Recife e o Nordeste – na época do seu convívio com intelectuais e artistas europeus, na década de 1950:

Se v. acha que está ficando velho por não compreender a arte abstrata creio que está enganado. Em primeiro lugar não há o que compreender. Acho que v. quer dizer “aceitar” em lugar de compreender. Pois quanto a “aceitação” devo dizer que estou com 31 anos e não aceito. E que na Europa, hoje, cada dia mais ela está sendo menos aceita. O que acontece é que no Brasil as coisas chegam com bastante atraso. E esse entusiasmo pela arte abstrata chegou atrasadíssimo. [...]
Por tudo isso ser abstrato é trágico e ridículo para um brasileiro. E dizer isso claramente vale qualquer incômodo. V. com o seu prestígio devia iniciar essa campanha contra o cosmopolitismo de nossos intelectuais. Tenho a certeza de que o que nós temos de melhor: Gilberto Freire, Villa-Lobos, José Lins do Rego, Portinari, etc., seguirão o apelo. (Carta de João Cabral de Melo Neto a Manuel Bandeira, com datação “11.12.951”). (MELO NETO, 2001, p.145-6.)

O João Cabral que dialoga intensamente com a vanguarda europeia na década de 1940 mostra uma nítida guinada em busca da comunicabilidade na década de 1950, com *O cão sem plumas*. Vê-se, portanto, que a questão do cosmopolitismo e do localismo nas artes retorna para Cabral depois de sua experiência na Europa – para onde segue a serviço diplomático –, dialogando com o contexto brasileiro que antecede os anos eufóricos do

avanço do movimento concretista e do desenvolvimentismo econômico. E Gilberto Freyre está no mundo das palavras em tensão que Cabral passa a compor poeticamente.

Voltando ao livro de autógrafos de Sonia Freyre, esse Cabral, que se revela nas páginas, é o mais familiar, que provavelmente visita o Solar de Apipucos e brinca com a irônica revelação da morte prematura de José Lins – que se deu em 1957 – e com a longevidade surpreendente de Bandeira. O poeta do Capibaribe, nascido em 1920, sobreviveu aos dois – a Lins e a Bandeira –, podendo presenciar não só o desabrochar de Sonia, como o crescimento de sua primeira filha, Ana Cecília, nascida em 1963. À filha de Sonia dedicou também um poema pelos seus 15 anos, algum tempo depois, fazendo uma viagem pelas ascendências familiares, recuperadas e amarradas por meio de versos metalinguísticos que culminam com a bela imagem de que o melhor parentesco, dessa “família que é dialeto”, é “o da linguagem e do gesto”:

Difícil, Ana Cecília
Dizê-la, se não a conheço,
Mas sei que mais distante
Do que eu, é Gonsalves de Melo
Bisneta da tia avó Atia
Neta do primo-tio Gilberto
Filha da prima-prima Sonia
(que tem o ser da avó, esbelto)
Não perca Ana Cecília
O sangue Gonsalves de Melo
E peço-lhe, primo já longe
Que nunca esqueça seus elos
Com essa família que soube
Criar com a linguagem e com o gesto
Certo ser especial de ser:
Família que é dialeto.
Dialeto que posso detetar
Na prosa do primo-tio Gilberto,
No caráter de minha vó
E de minha mãe no léxico,
De meu tio Ulisses, no “humour”
Com que via o mundo e seus restos,
No ser das tias, primas-tias,
Ou no estar de pé incorreto
(pernas curvas para trás
que nos curvava qual marrecos),
Enfim no parentesco melhor
Que é o da linguagem e do gesto. (FREYRE, 2004, p.18-9).

A família metalinguística dos “Melo” traduz, neste poema em que se manifesta o melhor estilo cabralino, com versos que variam da redondilha maior ao decassílabo e com rimas toantes, uma verdade mais profunda que a aparência só poderia captar enquanto caricatura – da família de “pernas curvas para trás”, que se “curvava qual marrecos”. Eis uma família integral, que, ao atravessar “o mundo e seus restos”, os traz cifrados por um

gesto-linguagem autêntico que agrega, todavia, a dissonância. O poema de Cabral, diferente do tipo de verso de circunstância de Bandeira ou mesmo Drummond, articula uma linguagem racional, um lirismo reticente, que, de modo paradoxal, cria um dialeto negativo que escava, de forma contida e comovida ao mesmo tempo, um mundo ausente, de avós e tios mortos, revivendo-os e devolvendo-os a Ana Cecília – a quem não conhecia pessoalmente – por meio de um belo e nada complacente quadro de família. É uma afirmação da vida que se faz ainda mais contundente por ser resultado de uma extração dolorida a partir da ausência e da perda; semelhante ao que testemunham certos conteúdos de arquivo, “museus de tudo”, quando sobrevivem mais como um gesto autêntico de salvaguarda, nada orgânico, baseado em uma espécie de negativo ocasional da deriva.

Folheemos um pouco mais o livro de autógrafos. O documento datado de José Lins é de primeiro de janeiro de 1949, portanto do Ano Novo daquele ano. Antes dele, há o de Luiz Jardim, datado simplesmente de “48”. Mas, por estar intercalado entre Bandeira e José Lins, infere-se que se tratava das vésperas do Ano Novo. Nele o escritor e pintor escreve: “E era um coelho: que não tinha as orelhas grandes por causa do burro do autor. Lula /Rio”. Os dias imediatamente seguintes rendem outros autógrafos de intelectuais que participam de um grupo muito próximo. Nele, deixarão registradas palavras para Sonia: Lúcia Miguel Pereira (“Quando eu era menina imaginava que era fada; agora sei que todas as crianças são fadas, Sonia, porque podem, como você poderá, realizar tudo quanto desejam”, com datação “Em casa de Naná¹², dia de Ano Bom de 1949”); Octávio Tarquínio de Sousa (“Sonia não gosta de mim; mas eu gosto dela. Um dia ela gostará de mim, porque é filha de Gilberto e Madalena”, com datação “Rio, 1.1.1949”); Gastão Cruls (“Sonia, com sono, com insônia, sonhando ou acordada, você será sempre para mim uma flor”, com datação “2.1.49”); José Olympio (“Quero que Sonia seja muito amiga de minha Verinha”, com datação “Rio, 9 junho 1950”); Heitor Villa-Lobos (“Soninha / Não posso ser a Bandeira de Manuel, mas considero-me um estandarte de sólida amizade. Que diga o seu paizinho querido. A amizade é como um sol, astro e som. Ame a vida para amar a todos”, com datação: “Rio, /6/50”) e Cícero Dias (“Para Sonia um pouco de brisa de mar na nossa velha amizade. Paisagem marinha longe de Casa-grande e Senzala”, sem datação). Por fim, dentro desta nossa escolha, ainda há um poema de Jorge de Lima, com datação “Recife, 28 de fevereiro de 1952”:

É fácil ver-se de perto
o que Sonia de Gilberto
Freyre no mundo será:
O que o pai é desde já;
herança de freires é
mais que herança: Sonia é fé.

Além do mais, há desenhos que acompanham as palavras, como nas páginas escritas por Luiz Jardim, Villa-Lobos e Cícero Dias. Traços a lápis e a caneta certamente de interesse estético são os poemas de Bandeira e Jorge de Lima ou o desenho de Cícero Dias.

Nesse sentido, gostaria, ainda, de chamar a atenção para o círculo de intelectuais que Gilberto Freyre frequenta e que Sonia Freyre acompanha. Trata-se de escritores renomados do período que, em sua maioria, sobrevivem graças ao trabalho para o mercado editorial e para a imprensa periódica do país, então em franco desenvolvimento. Mas também é um grupo composto por pessoas ativas e engajadas em projetos artísticos e intelectuais, à época, renovadores e com forte compromisso com os temas brasileiros. Matrizes da brasilidade estavam – nunca é demais lembrar – em plena gestação.

Como já antecipado anteriormente, a editora e livraria José Olympio constituiria um rico espaço de sociabilidade, vindo a se tornar uma instituição símbolo dessa geração de artistas e intelectuais. Ela é responsável, na década de 1930, pelo grande projeto editorial de José Lins do Rego, bem como abraça Gilberto Freyre, Lúcia Miguel-Pereira, Octávio Tarquínio de Sousa – que assumiu a Coleção Documentos Brasileiros após Freyre deixar sua direção, em 1939, posição assumida pelo sociólogo em 1936 com o lançamento inaugural de *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque – e Gastão Cruls, para citar nomes que estão no livro. Inclusive, Luiz Jardim fazia parte do quadro fixo de funcionários, contribuindo para desenvolver um arrojado projeto gráfico para a época. Sobre a importância da José Olympio como espaço de congregação, diria Hallewell:

Um dos resultados [da amizade de J.O. com os autores] foi tornar a livraria do Ouvidor conhecida como ponto de encontro, no centro da cidade, para escritores e artistas de todos os matizes de opinião progressista, um verdadeiro clube onde as pessoas se encontravam, conversavam, deixavam recados, até mesmo usavam como endereço para correspondência. (HALLEWELL, 2005, p. 451).

Se a convivência, apesar de certos atropelos com o governo, foi relativamente tranquila nos anos do Estado Novo, os tempos se tornariam sombrios pouco depois, com a ditadura militar, coincidindo, também, com a desaceleração da própria livraria e editora e com a diminuição do seu espaço de livre circulação das mais diferentes tendências políticas e das mais distintas opções literárias e estéticas. Os espaços de sociabilidade encurtam-se.

Ainda valeria tecer algumas considerações sobre o cartão-postal, suporte popular caracteristicamente presente nos arquivos pessoais de escritores e intelectuais. Gilberto Freyre escreveu um ensaio tido como o primeiro dedicado ao tema, intitulado “Informação, comunicação e cartão-postal” (FREYRE, 1978). Como ele mesmo afirma, “não me consta que já se tenha realizado ou publicado estudo sobre assunto aparentemente tão frívolo ou

insignificante”. Na primeira metade do século XX, parece que realmente os cartões-postais eram assim encarados, pois até um arquivista zeloso como Mário de Andrade, que ordenou de forma criteriosa e paciente cartas, livros, revistas, obras de arte etc., deixou seus 246 cartões-postais em completa desordem, usados como marcadores de livros, para recados ou abandonados em caixa de papel. (TUDO está tão bom, tão gostoso, 1993). É certo que se poderia pensar que sua atitude seria proposital, uma forma de ter contato ao acaso com tais peças, porém parecia que, no geral, não havia um interesse maior por esse suporte.

Freyre, na contramão desse sentimento de irrelevância depositada no cartão-postal, fala do assunto sob diversos ângulos, afirmando que o mesmo proporciona maior proximidade interpessoal do que o telegrama ou telefonema, talvez por ser turístico, pelas paisagens, pelas figuras humanas, monumentos estampados etc. Por ser pictórico, especula que haveria maior interesse por parte de colecionadores. Sobre a peculiaridade da informação que traz, pode parecer simples, frívolo e até literário. No confronto com a carta, Freyre afirma ser o cartão-postal mais resistente ao tempo e poder ter um destino mais feliz: “Os substitutos das cartas assim queimadas ou jogadas no lixo são os postais, salvos do destino das cartas [que brasileiro nunca guarda] pelas suas ilustrações”. (FREYRE, 1978, p. 148). Os cartões-postais substituiriam, assim, as cartas, numa sociedade em que os papéis velhos não permanecem, segundo o escritor, por serem queimados e destruídos impiedosamente. E ambos os suportes seriam bastante reveladores das condições de uma sociedade e de uma época:

Correspondência pessoal, íntima, particular, que é de ordinário aquela em que o homem menos esconde dos olhos do próximo seus verdadeiros sentimentos e suas verdadeiras atitudes para com instituições, pessoas e condições de vida para ele novas; para com a natureza, a arquitetura, a população, a alimentação de um país novo e às vezes, para sua imaginação, messiânico: terrível prova para qualquer país num mundo como o nosso, em que as imperfeições quase sempre superam de modo brutal as perfeições. (FREYRE, 1978, p.150-151).

Freyre, portanto, perseguindo esta ideia de como quem escreve se vê e interpreta a paisagem ao seu redor, faz uma série de reflexões sobre a euforia do início do século, vivenciada por parte dos portugueses trabalhando em Manaus – onde se comiam *patê* e *caviar*, se bebiam cerveja alemã e *champagne* francês, onde se lia Olavo Bilac. O cartão-postal, assim, teria assumido a atmosfera dos tempos eufóricos como nenhum outro veículo de informação. Se fosse para se lamuriar, o remetente escolheria a carta ou se silenciaria, mas não enviaria um cartão-postal.



Figura 1 - Gilberto Freyre em seu gabinete no Solar de Apipucos. Dimensões: 18,2 x 24cm.
Fonte: Centro de Documentação da FGF



Figura 2 - Frente de postal: Avenida 7 de Setembro – Petrópolis/RJ, enviado por Manuel Bandeira a Gilberto Freyre e datado de 18 de dezembro de 1952. Dimensões: 9,2 x 13,7cm.
Fonte: Centro de Documentação da FGF

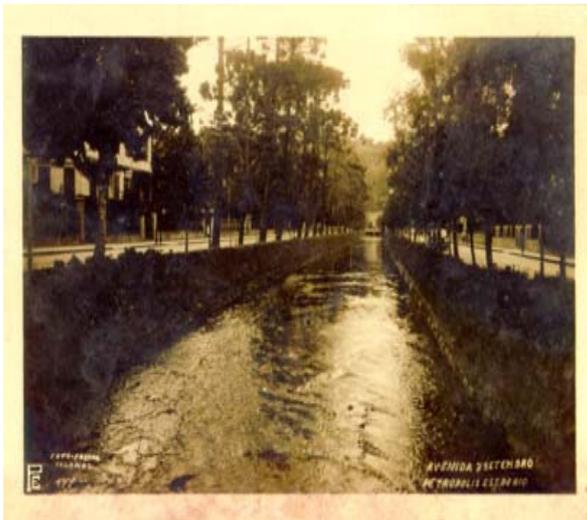


Figura 3 - Frente de postal: Chimères de Notre-Dame, Paris/França, enviado por Manuel Bandeira a Gilberto Freyre e datado de 28 de setembro de 1957. Dimensões: 8,8 x 14cm.
Fonte: Centro de Documentação da FGF.



Figura 4 - Frente de postal: retrato de Jan Six, por Rembrandt, enviado por Manuel Bandeira a Gilberto Freyre e datado de 25 de dezembro de 1963. Dimensões: 10,5 x 14,9cm.
Fonte: Centro de Documentação da FGF.

Do conjunto da *Correspondência de Freyre & Bandeira*, gostaria de destacar os cartões-postais datados de “18 de dezembro de 1952”, “28 de setembro de 1957” e “25 de dezembro de 1963”, todos enviados por Bandeira, o primeiro assinado “Manuel” e os dois últimos “Flag”. O primeiro (Cf. Figura 2) demonstra que guardar cartões-postais para

posterior envio era um costume da época. Suponho, pela imagem estampada no primeiro – da Avenida 7 de Setembro, de Petrópolis, hoje Rua Imperatriz, com um córrego envolto por uma fileira de árvores frondosas dos dois lados –, que Bandeira estava em Petrópolis, aonde costumava ir para tratamento de saúde. Mas as palavras que acompanham o postal esclarecem: “Esta paisagem não quer dizer que eu já tenha subido para Petrópolis. Ainda fico por aqui este mês de dezembro, que aliás está bastante quente”. O cartão-postal, na verdade, tomou as vezes de um cartão de Natal e Ano Novo, parabenizando a família Freyre pela data festiva no final de 1952.

Já o cartão-postal com datação “28 de setembro de 1957” (Cf. Figura 3) é enviado da Europa e traz a seguinte mensagem:

Minha escapada à Europa tem se saído bem, salvo a gripe que apanhei em Londres (acho que foi a asiática, tive que entrar na penicilina). Estou aqui desde o dia 24 e volto já a Holanda no próximo dia 2. Ao Brasil no dia 24 de outubro. Adorei a Holanda. O tempo me tem favorecido, variável mas com muitos dias bonitos. Já estive com Cícero e o Vinicius. Cícero tem me ajudado muito com o seu Chevrolet. Adeus, mestre. Receba com Madalena e os meninos um abraço de
Baby Flag

De 31 de julho de 1956 a primeiro de setembro de 1957, Bandeira fez viagem à Europa em navio, que está registrada no “Diário de Bordo”, publicado em *Flauta de Papel*. Ao que tudo indica, este cartão foi enviado a Freyre durante a estada de Bandeira em Paris. Nele, o mais inusitado é a imagem das *Chimères de Notre-Dame – Le Rongeur*.¹³ Segundo a mitologia grega, *chimère*, ou em português quimera, é um animal fabuloso com cabeça de leão, corpo de cabra e cauda de serpente que soltava fogo pelas ventas. Bandeira estava em pleno contato com o mundo fabuloso da Idade Média europeia, presente em monumentos antigos, em companhia dos brasileiros Cícero Dias, o pintor radicado em Paris, e Vinícius de Moraes, o poeta que segue carreira diplomática. E, talvez percebendo algo contíguo às assombrações de que Freyre tanto gostava (FREYRE, 1955), envia esse cartão a Apipucos.

O último cartão-postal enviado por Bandeira, e preservado no conjunto da correspondência, é de 25 de dezembro de 1963 (Cf. Figura 4). Traz a imagem de um dos retratos de Jan Six feitos por Rembrandt, com as seguintes palavras:

A Magdalena e Gilberto, com as minhas grandes saudades, envio os meus votos de bons anos.
Quando dará um ar de suas graças por aqui?
Queremos tomar conhecimento do casal logo com o aspecto de vovôs.
Grande abraço do velho Flag

As palavras que seguem no cartão-postal são simples, índices da cordialidade entre amigos muito próximos. A única informação que temos é aquela sobre o nascimento de um neto de Magdalena e Gilberto, provavelmente, pela data, de Ana Cecília, filha de Sonia e de Antônio Alves Pimentel Filho.

Mas atentemos um pouco mais para a imagem. Rembrandt van Rijn (1606-1669), considerado um dos maiores pintores de todos os tempos, cresceu numa época de grande prosperidade econômica e de desenvolvimento no campo cultural e artístico nos Países Baixos (antecedidos pela “República Unida dos Países Baixos”, 1579-1795). Grande retratista, pintou seu amigo Jan Six (1618-1700) em algumas ocasiões – note-se que tanto o pintor quanto o retratado foram contemporâneos à ocupação holandesa em Pernambuco, que se deu entre 1630 e 1654. A técnica de Rembrandt é surpreendente para a época: realista, impactante e precisa no traço e no uso das cores, sempre de tons sóbrios, às vezes sombrios, instilando vida psicológica ao retratado. O que se ressaltam nos traços desse retrato de Jan Six são a altivez do aristocrata e a sabedoria de um verdadeiro *scholar*, devotado às artes e à cultura. O retrato de corpo inteiro, datado de 1647, ainda permite uma visão do espaço sobriamente requintado de residência típica da elite holandesa da época, com quadros, janela larga, longas cortinas, poltronas confortáveis, luz moderada, compondo o ambiente ideal para o cultivo da sensibilidade intelectual e artística – considere-se que Jan Six também foi dramaturgo. Pela idade aparente do retratado, confirma-se que o quadro foi realizado na época de sua maior proximidade com Rembrandt, na década de 1640, depois que o jovem Six já estava formado em Artes Liberais e Direito em Leiden (o que se deu em 1634). Menos que uma atmosfera puritana sugerida pela tonalidade sóbria do retrato de um burguês próspero que pouca importância parece dar ao luxo, em uma flagrante “falta de mania de nobreza” (PULICI, 2007, p. 67), o que talvez esteja ressaltado é uma atmosfera íntima, sóbria, de leitura e fruição, a qual estaria, sobretudo, ligada ao século XVIII, ao sentido de um despojamento tipicamente iluminista e laico.

Para aprofundar o universo de contradições, vale a pena nos atentarmos para interessante artigo de Pulici que investiga, na trajetória pictórica de Rembrandt, traços da sensibilidade puritana, tal como delineada por Max Weber em *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. A assimilação puritana por Rembrandt se mostraria, por exemplo, na figuração de personagens bíblicos e mitológicos, de cientistas e de pessoas comuns, como sugere a autora. Exemplarmente, a vertente dedicada a pessoas comuns em seus ofícios típicos de classe trabalhadora especializada indicaria, assim, que “a pintura rembrandtiana reverencia não a posada lassidão do grão-senhor ou a ostentação do novo-rico, mas, de forma inequívoca, a sóbria continência do *self-made man* burguês em suas primeiras configurações.” (PULICI, 2007, p. 67). No retrato destacado no cartão-postal enviado por Manuel Bandeira, há certamente ausência de ostentação e luxo, porém, ocorre

um desvio relativo à sensibilidade puritana, se observada como: “A representação pictórica de pessoas unidas por *impessoais* laços de trabalho – e não de amizade ou de amor – faz ecoar ainda, a nosso ver, a mentalidade puritana que via no apego a relações humanas *personais* um desvio da ação para os fins que são de Deus.” (PULICI, 2007, p. 59). Não parece haver, assim, neste retrato de Rembrandt, uma tendência marcante à impessoalidade; pelo contrário, ocorreria um aprofundamento da sensibilidade, um enfoque de sua privacidade e intimidade. De certo modo, a figura de Jan Six antecipa a atmosfera da ascensão do romance burguês e da gestação de outras formas literárias tipicamente nascidas no seio do desenvolvimento capitalista e do individualismo moderno. Leia-se, nesse sentido, esta breve síntese de Ian Watt sobre a narrativa do inglês Samuel Richardson (1689-1761), quando discorre sobre uma atmosfera de ênfase na vida privada: “Assim, pode-se considerar o estilo narrativo de Richardson um reflexo de uma mudança bem maior: a transição da orientação objetiva, social e pública do mundo clássico para a orientação subjetiva, individualista e privada da vida e da literatura dos últimos duzentos anos.” (WATT, 1990, p. 154). É curioso, até, que esta citação ocorra em parágrafo no qual o autor, na esteira dos romances epistolares de Richardson, relaciona a “direção subjetiva e interior” do romance à “carta informal” – as chamadas *familiar letters* –, onde se expressariam sentimentos com “maior sinceridade”, segundo Watt.

Nesse contexto, o retrato de Jan Six anteciparia uma das grandes transformações civis pela qual a sociedade em processo de modernização teria passado, a saber: a constituição da esfera privada como separada da esfera pública, com todas as tensões inerentes a essa mudança. Six, oriundo de uma família de grandes comerciantes, passa, entretanto, a desempenhar inúmeros cargos no município de Amsterdam, sobretudo após seu casamento com Margaretha, em 1655, filha de um renomado cientista e prefeito da cidade, Nicolaes Tulp. Portanto, a ascensão de Jan Six parece acompanhar aspectos da “mudança estrutural da esfera pública” na modernidade, como aqueles referentes a uma singular combinação entre elementos da alta burguesia e apurada instrução formal outrora reservada aos membros da aristocracia e do alto clero, de modo a possibilitar uma renovação dos quadros da administração pública:

Ao mesmo tempo, os grandes comerciantes transcenderam o âmbito estrito da cidade e, através das companhias, ligaram-se diretamente ao Estado. Assim, também os “capitalistas”, comerciantes, banqueiros, editores e donos de manufaturas, quando não podiam afirmar a cidade, como em Hamburgo, perante o poder territorial do soberano, pertencem àquele grupo de “burgueses” no sentido tradicional do termo quanto ao novo estamento dos “homens cultos”. Esta camada “burguesa” é o autêntico sustentáculo do público, que, desde o início, é um público que lê. [...] A sua posição dominante na nova esfera da sociedade burguesa leva, muito mais, a uma tensão entre “cidade” e “corte” [...]. (HABERMAS, 1984, p.37-8).

Que beleza poderia Bandeira compartilhar com o amigo Freyre ao enviar uma cópia do retrato de Jan Six, realizada por Rembrandt, em cartão-postal? Ambos, Freyre e Bandeira, vieram de famílias que, se não ricas, pelo menos gozavam de algum conforto econômico – o pai de Gilberto Freyre era advogado, professor e magistrado, e o de Bandeira, engenheiro. Apesar de uma ascendência aristocrática tantas vezes orgulhosamente propalada por Freyre em seus escritos, a trajetória de ambos privilegiou o trabalho intelectual e artístico, ou seja, suas trajetórias não se distanciam da típica orientação burguesa, embora assumam inúmeras contradições da época, como o fato de que o Brasil era, no início do século XX, um país eminentemente rural – ao contrário dos Países Baixos, que são destacados por muitos estudiosos como primeira potência capitalista do mundo, em virtude do desenvolvimento alcançado já no século XVII.

Assim, de um lado, temos a figura do *scholar* de ampla erudição; de outro, a do escritor cultivado, que valoriza o legado da tradição. Bandeira, por exemplo, não participou do ímpeto iconoclasta da Semana de Arte Moderna de 1922.¹⁴ Freyre, por sua vez, sempre ressaltou o valor da *intelligentsia* enraizada na tradição como necessário para se lançar ao futuro: “Paralelo a um esforço de reação contra os falsos valores de vida, economia e cultura que nos impuseram uma filosofia e um liberalismo sem raízes nos nossos antecedentes e nas nossas atualidades, semelhante inquérito está a impor-se como o programa da nossa geração. Quase se pode dizer que *tout se joue sur nos têtes*” (FREYRE, 1924), diria em sua conferência *Apologia pro generatione sua*. O mais interessante, porém, é observar que essa altivez elitista com laivos aristocráticos sempre funcionou mais como ideal a ser combinado com uma forma particular de perscrutar a realidade e cultivar o espírito. Em outras palavras, tratar-se-ia de uma classe social que buscava firmar sua posição sobretudo como elite intelectual – o que é muito bem representado, no retrato de Rembrandt, pela forte luz que está difusa no exterior, às costas de Jan Six, e não emanada de um objeto qualquer como fazia crer, por exemplo, o mundo sagrado e fortemente hierárquico da Idade Média. Como consequência, várias tensões e ambiguidades surgem de uma posição singularmente híbrida, típica de sociedades cujas classes sociais se diferenciam com rapidez. A peculiaridade brasileira, como aponta Gilberto Freyre, seria combinar formação de excelência e consciência atenta para as heranças da escravidão:

RECIFE, 1927 / Disse-me ontem o J. que ouvira dizer-se numa roda de intelectuais que não era possível que eu fosse “o assombro que dizem que sou, de saber”, sendo “tão boêmio”. Isto porque às vezes sou visto em pensões de mulheres, em clubes populares de carnaval como o das Pás, dançando com as morenas em pastoris como o do Poço, em ceias de sarapatel no Bacurau ou no Dudu (nestas quase sempre na companhia do velho Manuel Caetano). É uma verdade esse meu jeito de impregnar-me de vida brasileira como ela é mais intensamente vivida, que é pela gente do povo, pela pequena gente média, pela negralhada: essa negralhada de que

os “requintados” (como eu estou sempre a chamar os intelectuais distantes do cotidiano da plebe) falam como se pertencessem a outro mundo. (FREYRE, 1975, p. 207-208).

Para Freyre e Bandeira, não é sem contradições que vivem a aproximação com o povo. Acercaram-se da cultura popular e da boêmia, mas não deixaram de viver os resquícios do aristocratismo, de algum modo idealizado, como marca de identidade pessoal e do nosso desenho histórico. Assim, tenho dúvidas em dizer que a experiência política empreendida por ambos tenha sido propriamente democrática ou, o contrário disso, que representa o legado da aristocracia nordestina. De fato, suas trajetórias foram híbridas e singularmente atentas ao cotidiano humilde naquele contexto de profunda desigualdade econômica e social, em que as marcas negativas da escravidão, embora abolida, podiam ser sentidas em qualquer ângulo para o qual se olhasse. São contradições da sociedade capitalista e liberal que, talvez percebidas de forma bem mais dramática ou intensa no Brasil, o qual vivia nitidamente uma temporalidade diversa, aprofundam-se com o passar dos anos, tendo seu paralelo – apesar de serem outras as classes sociais envolvidas, mesmo que haja semelhante polarização entre dominantes e dominados – na vida artística europeia, dividida entre uma arte burguesa e uma arte social, contradição não superada – pelo contrário, estruturalmente assimilada – no universo da arte pela arte, na trilha da reflexão da Pierre Bourdieu.¹⁵

O artista, assim como o intelectual, pode, por um lado, identificar-se com o povo e, por outro, com o aristocrata. Eis uma face das contradições vividas por eles, visto que, no campo cultural brasileiro, procuraram sempre um meio termo para suas formulações e soluções estéticas: não só abstratos ou pitorescos; não só vanguardistas ou tradicionalistas; não só ingênuos ou reflexivos; não só boêmios ou estudiosos e requintados da elite; não só apreciadores de uma boa feijoada ou de caviar; não só provincianos ou cosmopolitas. Os dois lados da moeda são colocados lado a lado ou justapostos, com resultados sempre descontínuos. Nesse sentido, o paralelo político que podemos fazer é com o próprio Regime Vargas, época de aparente harmonia – não sem perseguições e agressões abertas – entre pessoas das mais diferentes correntes ideológicas.¹⁶ Em tempos de nacionalismo exacerbado e de concomitante aceleração técnica e modernização, “tradição e modernidade se fundiam harmonicamente no empreendimento que consagrava, a um só tempo, o reforço do sistema presidencial e a construção mítica da figura de seu representante como uma encarnação do Estado e Nação” (GOMES, 1998, p. 522). Eram tempos em que caminhavam projetos complexos e contraditórios de país, cuja dinâmica, evidenciando principalmente uma fluidez entre público e privado, parece permanecer, até hoje, suspensa.

Outro paralelo no campo cultural mais evidente é com o grupo formado em torno da livraria e editora José Olympio, que, do mesmo modo, era um espaço de congregação

heterogênea. Uma foto oficial de um jantar comemorativo aos 50 anos de Graciliano Ramos, em 27 de outubro de 1942, promovido por Álvaro Lins, Augusto Frederico Schmidt, Francisco de Assis Barbosa, José Lins do Rego, José Olympio e Octávio Tarquínio de Sousa, dá a dimensão das incongruências daquele período. Observe-se como Lucila Soares reporta a ocasião:

A fotografia oficial do evento, que reuniu quase cem pessoas e na qual Graciliano aparece ao lado de Capanema [seu desafeto devido às políticas getulistas, que causaram sua perseguição e prisão entre 1936 e 1937], é uma imagem emblemática da convivência entre direita e esquerda, entre conservadorismo e ousadia, marca da política cultural de Getúlio. O dip, Lourival Fontes à frente, controlava com mão de ferro todas as manifestações culturais, dos jornais aos enredos de escolas de samba, além de determinar o conteúdo de toda a programação das rádios. E o Ministério da Educação, sob o comando de Gustavo Capanema, se cercava de intelectuais de todas as tendências políticas e levava à frente projetos importantes, como a Universidade do Brasil, o Instituto Nacional do Livro e o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. (SOARES, 2006, p.110).

A trajetória de Bandeira e Freyre, tendo gozado, como tantos outros intelectuais, as benesses do estado getulista, é exemplar da situação do intelectual e do artista que ainda não podia usufruir de um mercado de bens simbólicos razoavelmente autônomo. Para a publicação de livros, era comum, mesmo para um artista de renome como Bandeira, a intermediação de amigos, muitos deles com posição destacada no âmbito da administração pública, e a presença dos assinantes, que assinavam, certamente por admiração, mas também por camaradagem. O Brasil passava por grandes transformações em todas as esferas, modernizava-se em suas bases de produção, e a ambiguidade do período se refletiu no próprio modo como os escritores o viveram e sobre ele escreveram.¹⁷

Por meio de documentos aparentemente “frívolos”, para usar expressão de Gilberto Freyre, reunidos em álbuns e outras recordações de família, é possível articular muitos sentidos. Eles, porém, se preservam quase sempre graças ao ânimo dos guardadores, cujo trabalho paciente se lança no tempo, à contramão, como se para refreá-lo. A ironia da atividade é que ela pressupõe aquilo que os objetos mesmos jamais podem superar – a morte; ou acabam sendo, apesar da tentativa de um gesto conservador, um testemunho da própria morte concretizada na finitude do momento que retrata.¹⁸

Os guardadores, com ímpeto mais afetivo, e os arquivistas, profissionais do ramo, fazem um trabalho cujo discurso que o suporta não se diferencia muito da ação do provinciano voltado para a experiência concreta e sua preservação, sobre o qual dissertamos em outros trabalhos. Com o intuito de preservar, de eliminar distâncias entre documentos e novas gerações, ou de construir pontes de sentido, o provinciano – expressão

com a qual se definiam Freyre e Bandeira nos primeiros anos de sua correspondência –, partindo da ideia do descompasso entre tradição e modernidade, buscou também, de algum modo, “domar” a velocidade da modernização que avançava, processo ainda mais carregado de tensão pela defasagem com relação ao contexto internacional capitalista, que acelerava em direção a uma verdadeira transformação súbita de certos índices usuais da intimidade – e elaborando-se, ao final, uma resposta alternativa aos centros desenvolvidos. São os tempos de ambiguidade em que “a metrópole moderna [assim como a vida social, acrescento] recebe uma representação ambivalente como o local de origem de um caos avassalador e a matriz de uma nova vitalidade emancipadora” (SEVCENKO, 1992, p.18). As novas tecnologias da modernidade estão disponíveis e são largamente aproveitadas, como vemos por meio, principalmente, das fotografias. Entretanto, o discurso que as guarda, como quem guarda cartões-postais e outros manuscritos, nem sempre vê com bons olhos os tempos rumo à dissolução das formas tradicionais – ou, simplesmente, mais lentas – de solidariedade e cordialidade.

De qualquer modo, é fato que tais ícones da intimidade perdem espaço e valor na vida cotidiana de hoje, seja pelo excesso de individualismo, seja pelo arrivismo, para usar palavra de Schapochnik (1998, p. 433), ou por mudanças estruturais profundas que caminham com o desenvolvimento de novas tecnologias. Na medida em que se enxerga, nesse tipo de atitude de preservação de velhos ícones, um apego excessivo aos valores cultivados pelas classes dominantes, os quais seria melhor negar para se construir um tipo revolucionário de sociabilidade – guiado por valores racionais e universais, que superasse o homem cordial, como desejava Sérgio Buarque de Holanda (1975) –, evidencia-se uma contradição de base na sociedade capitalista moderna, singularmente vivida em países periféricos como o nosso. Tais contradições insinuam-se na leitura não só de peças do diálogo epistolar entre Gilberto Freyre e Manuel Bandeira, como também de materiais incidentais em relação à referida correspondência. A obra de ambos os escritores, assim, coloca em pauta questões fundamentais relativas à memória e à sua preservação, até por meio de documentos fortuitos, e, de algum modo, indicam como visitar tais materiais permitiria vigorar elos comunicativos, e quiçá mais democráticos, entre diferentes classes ou grupos sociais.

Recebido em 30/5/2013

Aprovado em 6/11/2013

NOTAS

¹ A primeira acepção do nome “autógrafo”, segundo o Novo Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, é: “assinatura de pessoa célebre”. Disponível em: <<http://houaiss.uol.com.br/busca?palavra=aut%F3grafo>>. Acesso em: abril de 2013.

² Vale destacar, nesse sentido, uma dificuldade observada no tratamento arquivístico ou disciplinar de coleções particulares: “O atributo da ‘intencionalidade’, dentro dos cânones disciplinares, é bom lembrar, remete antes à constituição de coleções (artificiais, inorgânicas) do que ao processo de produção/acumulação característico dos arquivos, o que explicaria, em certo sentido, também, a dificuldade em incorporar essa dimensão à reflexão arquivística.” (Heymann, jul.-dez. 2009, p.51).

³ A sugestão vem do título de um livro de leitura muito agradável, com as memórias de uma autêntica “guardadora”: Antunes (2004), sob o título Memórias de uma guardadora de livros.

⁴ Vale dizer, ainda, que no segundo artigo, a autora defende o conceito de “arquivos de pessoas”, ao invés de “arquivos pessoais” (CAMARGO, jul./dez. 2009).

⁵ Segundo Celso Lafer: “A Declaração Francesa de 1789 já antecipara este direito, ao afirmar não apenas a liberdade de opinião – artigo 10 –, mas também a livre comunicação das ideias e opiniões, que é considerada, no artigo 11, um dos mais preciosos direitos do homem”. (LAFER, 1991, p. 241 apud FONSECA, 1999, p.146-154).

⁶ Talvez, uma “brecha técnica” no que diz respeito ao tratamento arquivístico de documentos no Brasil, a começar pela administração pública, possa implicar, comparativamente, uma relevância adicional para a postura desses “guardadores” afetivos ocasionais. Consoante José Maria Jardim, por diversas razões, o modelo de instituição arquivística pública em vigor no Brasil estaria mais próximo do século XIX do que do XXI. (JARDIM, 1987).

⁷ Para o historiador Francisco Marshall: “A dimensão profunda de nossa identidade cultural inclui densas camadas de memória cultural, fatores dominantes ou recessivos de nosso código genético, prontos a eclodir de seu estado de latência, em expressões e cruzamentos que nem sempre chegamos a perceber ou controlar. Seria uma redução absurda dos horizontes identitários circunscrevermos a condição moderna à duração do Estado moderno, desprezando o imenso lastro de experiências e memórias acumulado por nossa espécie.” (MARSHALL, jan.-jun.2005, p. 22).

⁸ Sobre a monumentalização da memória por membros da elite, cf. Abreu (1996); Heymann (2011).

⁹ Em seu livro, Sonia explica: “Muita gente importante circulou em Apipucos. No meu precioso livro de autógrafos, tenho nomes importantíssimos, mas é dos humildes que quero fazer lembrar: Manuel Francisco, cabo eleitoral, Manuel Português, do Clube das Pás, Bebê, a amante platônica, que gostava de beijos e bolos, o compadre Vilácio, sua Eurídice e sua filharada, que também era o carteiro de Apipucos; de seu Nequinho e D. Maria, cujos filhos ainda são nossos amigos; de seu José Guimarães, com sua moto, em que muitas vezes, escondida, naturalmente, eu peguei carona, ele que era um perfeito guardião de Apipucos; de Bacalhau, ladrão confesso, que me metia medo, mas que dizia a papai que se sentisse protegido, pois no seu reduto ninguém fosse besta de meter a mão [...]” (Freyre, 2004, p.150-151). Este artigo procura destacar documentos inéditos oriundos de arquivos particulares que possam dialogar com a correspondência trocada entre Freyre e Bandeira, tais como os chamados “autógrafos”. Porém, seria muito interessante realizar uma leitura mais atenta de tal suporte, até mesmo destacando como os autógrafos são distribuídos no livro, sejam eles de pessoas com posição de destaque na esfera pública (as assim ditas “pessoas célebres”, que assinam “autógrafos”, segundo o Novo Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa), sejam de cidadãos comuns.

¹⁰ Sobre a convivência dos intelectuais e escritores ao redor da livraria e editora José Olympio, tais como Carlos Drummond de Andrade, Luiz Jardim, Manuel Bandeira, José Lins do Rego, Rachel de Queiroz, Graciliano Ramos, Tomás Santa Rosa e o próprio Gilberto Freyre, da década de 1930 até a década de 1960, consultar Soares (2006). Para quem quer se aprofundar no estudo do campo literário do período, seria importante mencionar: Candido (2000); Johnson (jun.-ago. 1995); Lafetá (2000); Pécault (1990); Sorá (2010).

¹¹ Afirma Drummond, na “Apresentação de Carlos Drummond de Andrade” à coletânea de cartas A lição do amigo, publicada em 1988: “A bem dizer, e paradoxalmente, jamais convivi com Mário de Andrade a não ser por meio das cartas que nos escrevíamos, e das quais a parte mais assídua era sempre a que vinha de São Paulo, discutindo temas estéticos e práticos, oferecendo e renovando oferecimento de préstimos, reclamando da preguiça ou do desânimo do missivista incorreto. Nem mesmo a partir de 1938, quando ele passou a morar no Rio de Janeiro, onde permaneceu até 1941, e onde eu já residia desde 1934, nos vimos assiduamente e menos ainda nos dedicamos à fraterna conversa, devido a esses tapumes que o trabalho (só ele?) costuma levantar entre pessoas que se estimam cordialmente [...]” (ANDRADE, 2002, p.35). Aliás, quais seriam esses “outros tapumes”?

¹² Naná (Filomena Massa Lins do Rego) era a esposa de José Lins do Rego, o que permite inferir que todos os nomes que assinaram no livro de Sonia naquele dia passaram aquele Ano Novo juntos.

¹³ Le rongeur significa, em português, “o roedor”.

¹⁴ Em seu Itinerário de Pasárgada, esclarece Bandeira: “Também não quisemos, Ribeiro Couto e eu, ir a São Paulo por ocasião da Semana de Arte Moderna. Nunca atacamos publicamente os mestres parnasianos e simbolistas, nunca repudiamos o soneto nem, de um modo geral, os versos metrificados e rimados.” (BANDEIRA, 1974, p.65).

¹⁵ Pierre Bourdieu sintetiza bem a vivência de certas ambiguidades tipicamente vanguardistas, peculiar em escritores europeus contemporâneos de Freyre e Bandeira: “Os defensores da ‘arte pela arte’ ocupam no campo intelectual uma posição estruturalmente ambígua que os leva a sentir de maneira redobrada as contradições inerentes à posição ambígua da fração intelectual e artística na estrutura das frações das classes dominantes. Pelo fato de sua posição no campo obrigá-los a pensar sua identidade estética e política de modo simultâneo ou sucessivo (conforme a conjuntura política) em oposição aos ‘artistas burgueses’, homólogos aos ‘burgueses’ na lógica relativamente autônoma do campo, ou em oposição aos artistas ‘socialistas’ ou à boêmia, homólogos ao ‘povo’, estão fadados a formar imagens contraditórias tanto de seu próprio grupo quanto dos grupos a que se opõem.” (BOURDIEU, 2001, p.193-4).

¹⁶ É importante observar como o governo de Getúlio Vargas combinou nacionalismo e modernização no campo político, administrativo e cultural, o que teve, ao final, um efeito conciliador. Veja-se esta análise que faz Wilson Martins sobre o período que antecede o Estado Novo: “Fatos à primeira vista desconexos e sem significação política concorriam, cumulativamente, para confirmar e fortalecer esse estado de espírito: assim, em junho, a Revista Acadêmica reimprimiu, por estar ‘injusta e significativamente esquecido’, o artigo ‘Nacionalismo’, de Alberto Torres; o governo, de seu lado, criou o Instituto Nacional do Livro e, logo depois do golpe político, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, cujas origens longínquas estavam, aliás, num projeto redigido por Mário de Andrade e já em fase final de discussões na Câmara dos Deputados; a Universidade do Distrito Federal continuava a funcionar sob a direção de Anísio Teixeira, cuja filosofia educacional, observaria mais tarde Hermes Lima, era ‘tanto conservar quanto mudar’. Saíram, por sinal, nesse ano, as Lições Inaugurais da Missão Universitária Francesa, proferidas no período letivo anterior. Lembremos, em outra ordem de idéias, que, criada pela Constituição de 1934, a Justiça do Trabalho adquiriria com a de 1937 a estrutura autônoma que conserva até hoje.” (MARTINS, 1976-1978, v.7, p.90).

¹⁷ Sobre o alcance das medidas do governo de Getúlio Vargas nos campos intelectual e artístico (as quais teriam impacto grande para a geração de Freyre e Bandeira) tomadas pelo Ministério da Educação e Cultura, tendo à frente Gustavo Capanema, principalmente na segunda metade da década de 30, leia-se: “[...] entre as preocupações fundamentais de Gustavo Capanema como Ministro da Educação e Saúde estava a de pôr em prática as medidas de largo alcance destinadas a proteger as ‘obras, monumentos e documentos de valor histórico e artístico, bem como os monumentos naturais, as paisagens e os locais dotados de particular beleza’ – em resumo, a proteger o patrimônio histórico e artístico e paisagístico brasileiro [...] Entre os seus principais colaboradores, é forçoso destacar os nomes de Carlos Drummond de Andrade (Chefe de Gabinete do Ministro), Rodrigo Melo Franco de Andrade (Diretor do SPHAN), Augusto Meyer (Diretor do INL), Raul Leitão da Cunha (Reitor da Universidade do Brasil), San Tiago Dantas (Diretor da FNF), Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Luís Camilo de Oliveira Neto, Lúcio Costa, Prudente de Moraes Neto, Oscar Niemeyer, Cândido Portinari, Burle Marx, Heitor Villa-Lobos, entre outros, o que ajuda a compreender o que significou esse momento histórico para o país.” (Silva, [199?], p.70-71).

¹⁸ Tal afirmação estaria na linha de reflexão que Leyla Perrone-Moisés faz, sugerida pelo texto *La chambre claire* – Note sur la photographie, de Roland Barthes: “Para Barthes, a fotografia é o próprio lugar da morte, na sociedade moderna. / ‘Pois é preciso que a morte, numa sociedade, esteja em algum lugar; se ela não está mais (ou está menos) no religioso, ela precisa estar alhures [...] A Vida / a morte: o paradigma se reduz a um simples clique, aquele que separa a pose inicial do papel final.” (Barthes apud Perrone-Moisés, dez. 2002/2003, p.16).

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. *A fabricação do imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco: Lapa, 1996.

ANDRADE, Carlos Drummond; ANDRADE, Mário de. *Carlos e Mário: correspondência completa entre Carlos Drummond de Andrade (inédita) e Mário de Andrade*. Organização e pesquisa iconográfica de Lélia Coelho Frota. Prefácio e notas de Silviano Santiago.

Estabelecimento de texto das cartas de CDA por Alexandre Faria. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi, 2002.

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.11, n.21, p. 9-24, 1998.

ANTUNES, Cristina. *Memórias de uma guardadora de livros*. Entrevista a Cleber Teixeira e Dorothee de Bruchard. Editado por Dorothee de Bruchard. Florianópolis: Escritório do Livro; São Paulo: Imprensa Oficial, 2004.

ATHAYDE, Félix de. *Idéias fixas de João Cabral de Melo Neto*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: FBN: São Paulo: Universidade de Mogi das Cruzes, 1998.

BACIU, Stefan. *Manuel Bandeira de corpo inteiro*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1966.

BANDEIRA, Manuel. *Poesia completa e prosa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1974.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

_____. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). *Usos & abusos da história oral*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 183-191.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, n. 2, p. 27-39, jul./dez., 2009.

CANDIDO, Antonio. Literatura e cultura de 1900 a 1945. In: _____. *Literatura e sociedade*. 8.ed. São Paulo: T. A. Queiroz, Publifolha, 2000.

CONDÉ, João. Evocação de Manuel Bandeira. In: SILVA, Maximiano de Carvalho e (Org.). *Homenagem a Manuel Bandeira, 1986-1988*. Niterói: Sociedade Sousa da Silveira; Rio de Janeiro: Monteiro Aranha: Presença, 1989.

FONSECA, Maria Odila. Informação e direitos humanos: acesso às informações arquivísticas. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 28, n. 2, p. 146-154, maio/ago., 1999.

FREYRE, Gilberto. *Apologia pro generatione sua*. Disponível em: <http://bvfg.fgf.org.br/portugues/obra/discursos_palestras/apologie.htm>. Acesso em: nov. 2007. (Palestra originalmente publicada como texto autônomo na Paraíba, com datação de 5 de abril de 1924).

_____. *Assombrações do Recife Velho*. Ilustrações de Lula Cardoso Ayres. Rio de Janeiro: Ed. Condé, 1955.

_____. Informação, comunicação e cartão-postal. In: _____. *Alhos & bugalhos: ensaios sobre temas contraditórios, de Joyce a cachaça: de José Lins do Rego ao cartão postal*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978, p. 146-161.

_____. *Tempo morto e outros tempos: trechos de um diário de adolescência e primeira mocidade: 1915-1930*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1975.

FREYRE, Sonia. *Vidas vivas e revividas*. Recife: Edições Bagaço, 2004.

GOMES, Ângela. Política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). *História da vida privada no Brasil*, 4:

contrastes da intimidade contemporânea. Coordenador-geral da coleção: Fernando Novais. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 488-558.

GUIMARÃES, Júlio Castañon. *Contrapontos: notas sobre correspondência no modernismo*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2004.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Trad. Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. Tradução de Maria da Penha Villalobos, Lélío Lourenço de Oliveira e Geraldo Gerson de Souza. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: EDUSP, 2005.

HEYMANN, Luciana Quillet. Memórias da elite: arquivos, instituições e projetos memoriais. *Revista Pós Ciências Sociais*, São Luiz/MA, v. 8, n. 15, p.1-8, 2011. Disponível em: <www.ppgcsoc.ufma.br>. Acesso em: fev. 2013.

_____. O indivíduo fora do lugar. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 45, Belo Horizonte, p. 40-57, jul./dez., 2009.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 8.ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1975.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

JARDIM, José Maria. O Conceito e a Prática de Gestão de Documentos. *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 35-42, jul./dez., 1987. Disponível em: <<http://arquivoememoria.files.wordpress.com/2009/05/o-conceito-e-pratica-gestao-documentos.pdf>>. Acesso em: mar. 2013.

JOHNSON, Randal. A dinâmica do campo literário brasileiro. Trad. Antonio Dimas. *Revista USP*, São Paulo, n. 26, p. 164-181, jun./ago., 1995.

LAFER, Celso. *A reconstrução dos direitos humanos*. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 1991.

LAFETÁ, João Luís. *1930: A crítica e o modernismo*. 2. ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades: Ed. 34, 2000.

MARQUES, Reinaldo. Memória literária arquivada. *Aletria*, v. 18, Belo Horizonte, p. 105-119, jul./dez., 2008.

MARSHALL, Francisco. Epistemologias históricas do colecionismo. *Episteme*, Porto Alegre, n. 20, p. 13-23, jan./jun., 2005.

MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira*. São Paulo: Cultrix: EDUSP, [1976-1978], v. 7.

MELO NETO, João Cabral de. *A educação pela pedra e depois*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997a.

_____. *Correspondência de Cabral com Bandeira e Drummond*. Organização, apresentação e notas de Flora Sússekind. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2001.

_____. *Serial e antes*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997b.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v.2, p. 9-42, jan./dez.,1994.

MINDLIN, José. *Memórias esparsas de uma biblioteca*. Entrevista de José Mindlin a Cleber Teixeira e Dorothée de Bruchard. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Florianópolis: Escritório do Livro, 2004.

MORAES, Marcos A. de. Afinidades eletivas. In: ANDRADE, Mário de; BANDEIRA, Manuel. *Correspondência Mário de Andrade & Manuel Bandeira*. Organização, prefácio e notas de Marcos Antonio de Moraes. São Paulo: EDUSP, 2000, p. 13-33.

_____. *Orgulho de jamais aconselhar: a epistolografia de Mário de Andrade*. São Paulo: EDUSP: FAPESP, 2007.

PÉCAULT, Daniel. A geração dos anos 1920-40. In: _____. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. Trad. Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Ática, 1990, p.19-96.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. Retratos de família na obra de Carlos Drummond de Andrade. *Revista da Biblioteca Mário de Andrade*, São Paulo, v. 60/61, p. 12-17, dez. 2002/2003.

PULICI, Carolina. Traços puritanos na pintura de Rembrandt. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, n. 27, v. 1, p. 48-76, 2007.

SCHAPOCHNIK, Nelson. Cartões-postais, álbuns de família e ícones da intimidade. In: SEVCENKO, Nicolau. *História da vida privada no Brasil, 3: República: da Belle Époque à Era do Rádio*. Coordenador-geral da coleção: Fernando Novais. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 423-512.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frentes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SILVA, Maximiano de Carvalho. Proteção ao texto literário como peça integrante do nosso patrimônio histórico-cultural. *Revista Confluência*, Rio de Janeiro, n. 4, p. 65-82, [199?].

SOARES, Lucila. *Rua do Ouvidor 110*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

SORÁ, Gustavo. *Brasileiras: José Olympio e a gênese do mercado editorial brasileiro*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo; Com-Arte, 2010.

STEEN, Edla van (Org.). *Viver e escrever*. Porto Alegre: L&PM, 1981. v. 1.

TUDO está tão bom, tão gostoso: postais a Mário de Andrade. Organização, estudo e notas: Marcos Antônio de Moraes. São Paulo: HUCITEC: EDUSP, 1993.

VELOSO, Mariza. O fetiche do patrimônio. *Habitus*, Goiânia, v. 4, n. 1, p. 437-454, jan./jun., 2006.

WATT, Ian. *A ascensão do romance: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding*. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.